



defensoria pública. 9 Controle da constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro. 9.1 Controle incidental ou concreto. 9.2 Controle abstrato de constitucionalidade. 9.3 Exame em abstrato da constitucionalidade de proposições legislativas. 9.4 Ação declaratória de constitucionalidade. 9.5 Ação direta de inconstitucionalidade. 9.6 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 9.7 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. 9.9 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal. 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 11 Sistema tributário nacional. 11.1 Princípios gerais. 11.2 Limitações do poder de tributar. 11.3 Impostos da União, dos estados e dos municípios. 11.4 Repartição das receitas tributárias. 12 Finanças públicas. 12.1 Normas gerais. 12.2 Orçamentos. 13 Ordem econômica e financeira. 13.1 Princípios gerais da atividade econômica. 13.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária. 14 Sistema financeiro nacional. 15 Ordem social.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 1 Seguridade social: conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios. 2 Custeio da seguridade social: receitas, contribuições sociais, salário-de-contribuição. 3 Regime geral de previdência social: segurados e dependentes, filiação e inscrição, carência, espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas, salário-de-benefício, renda mensal inicial, reajustamento e revisão, prescrição e decadência, acumulação de benefícios, justificação, ações judiciais em matéria previdenciária, acidente de trabalho. 4 Regime próprio de previdência dos servidores públicos federais. A Lei nº 8.112/90. 5 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira. 6 Previdência complementar.

DIREITO PENAL: 1. Conceito de Direito Penal; 2. Funções do Direito Penal; 3. Princípios: legalidade, anterioridade, retroatividade da lei penal benéfica, proporcionalidade, intervenção mínima, fragmentariedade, irrefragabilidade, responsabilidade subjetiva ou pessoalidade, culpabilidade; 4. Fontes. 5. Lei Penal: lei penal no tempo e no espaço, tempo e lugar do crime, lei penal excepcional, especial e temporária, retroatividade, irretroatividade e ultratividade, territorialidade e extraterritorialidade, interpretação da lei penal, analogia e interpretação analógica, abolição criminis, lei penal em branco; 6. Conflito aparente de Normas; 7. Teorias do Crime; 8. Tipicidade: elementos objetivo e subjetivo, dolo, culpa e preterdolo, insignificância; 9. Ilicitude e causas de extinção; 10. Culpabilidade: teorias, dirimentes; 11. Teoria do Erro: erro de tipo e erro de proibição; 12. Erro na Execução; 13. Punibilidade e causas de extinção; 14. Imputabilidade; 15. Relação de Causalidade; 16. Relevância da Omissão; 17. Consumação e Tentativa; 18. Desistência Voluntária; Arrependimento Eficaz; Arrependimento Posterior e Crime Impossível; 19. Classificação dos Crimes; 20. Crimes Hediondos e Assemelhados; 21. Crimes de Menor Potencial Ofensivo e Contravenções; 22. Curso de Crimes: material, formal e crime continuado; 23. Autoria e Coautoría; 24. Concurso de Pessoas; Teoria da Pena: funções, espécies, frações não computáveis, pena cumprida no estrangeiro, detração; aplicação da pena: sistema trifásico, suspensão condicional; execução: regimes de cumprimento de penas privativas de liberdade, substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, progressão do regime de cumprimento da pena privativa de liberdade; efeitos da condenação; reincidência; reabilitação; livramento condicional; 25. Medidas de Segurança; 26. Ação Penal; 27. Crimes contra a Pessoa; 28. Crimes contra a Honra; 29. Crimes contra a Liberdade Individual; 30. Crimes contra o Patrimônio; 31. Crimes contra a Propriedade Imaterial; 32. Crimes contra a Organização do Trabalho; 33. Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos; 34. Crimes contra os Costumes; 35. Crimes contra a Família; Crimes contra a Incolumidade Pública; 36. Crimes contra a Paz Pública; 37. Crimes contra a Fé Pública; 38. Crimes contra a Administração Pública; 39. Crimes contra a Seguridade Social; 40. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional; 41. Crimes contra a Ordem Tributária; 42. Crimes previstos no Estatuto do Estrangeiro; 43. Crimes previstos no Estatuto do Índio; 44. Crimes previstos no Estatuto do Idoso; 45. Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; 46. Lavagem de Dinheiro; 47. Crimes previstos na Lei de Drogas; 48. Direito Penal Econômico; 49. Crimes contra o Meio Ambiente: responsabilidade penal da pessoa jurídica; 50. Crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor. 51. Crimes praticados por Organizações Criminosas. 52. Infrações Penais; 52.1 As relações de consumo como bem jurídico penal. 52.2 Sujeitos ativo e passivo dos crimes contra as relações de consumo. 52.3 Código penal e proteção ao consumidor. 52.4 Resultado nas infrações penais de consumo e crimes de perigo. 52.5 Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 52.6 Tipos penais: omissão de informação a consumidores; omissão de comunicação da nocividade de produtos; execução de serviço de alto grau de periculosidade; oferta não publicitária enganosa; publicidade enganosa ou abusiva; indução a comportamento prejudicial ou perigoso; publicidade sem base fática, técnica ou científica; troca de peças usadas sem autorização; cobrança abusiva de dívidas; impedimento de acesso a cadastros e banco de dados; omissão de correção de informações em bancos de dados e cadastros; omissão de entrega do termo de garantia. 52.7 Individualização e fixação judicial da pena. 52.8 Valor da fiança; assistência; ação penal subsidiária.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Fontes; 2. Princípios; 3. Garantias Constitucionais; 4. Lei Processual Penal no tempo e no espaço; 5. Inquérito Policial; 5. Investigação: garantias do investigado; 6. Processo: finalidade, pressupostos e sistemas; 7. Procedimento: espécies; 8. Relação Jurídica Processual: elementos identificadores da relação processual; 9. Jurisdição e Competência; 10. Competência da Justiça Federal; 11. Competência Originária dos Tribunais; 12. Procedimento da ação penal originária nos Tribunais; 13. Juizados Especiais Federais; 14. Conexão e Continência; 15. Prevenção; 16. Comunicações: citação e intimações; forma, lugar, prazo; 17. Comunicações entre autoridades judiciárias: cartas precatórias, rogatórias e de ordem; 18. Sujeitos do Processo: Juiz, Ministério

Público, Acusado e Defensor; 19. Auxiliares da Justiça; Assistentes; Peritos e Intérpretes; 20. Exceções; 21. Impedimentos e Suspeições; 22. Questões e Processos Incidentes; 23. Medidas Assecuratórias: sequestro, hipoteca legal e arresto; 24. Restituição de Coisas Apreendidas; 25. Alienação Antecipada de Bens; 26. Prisão Processual e Liberdade; 27. Fiança; 28. Medidas Cautelares Pessoais Diversas da Prisão; 29. Decisões e despachos; 30. Sentença e Coisa Julgada; 31. Prova: ônus, presunções, indícios, valoração, provas ilícitas, provas obtidas por delação, provas obtidas por meio de agente infiltrado em organizações criminosas e provas obtidas por meio de ação controlada; 32. Ação Penal; 33. Audiência de Instrução e Julgamento: oitiva da vítima, de testemunhas e interrogatório; 34. Prazos; 35. Ressarcimento de danos como efeito da sentença penal condenatória; 36. Nulidades; 37. Recursos; 38. Revisão Criminal; 39. habeas corpus; 40. Mandado de Segurança em matéria penal; 41. Procedimento na Execução Penal; 42. Procedimento no Juri; 43. Cooperação Jurídica Internacional: rogatórias, extradição, transferência de presos, auxílio direto e homologação de sentenças estrangeiras para fins penais.

DIREITO ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR: 1 Direito econômico. 1.1 Evolução histórica do direito econômico. 1.2 Conceito e objeto do direito econômico. 1.3 Sujeitos econômicos. 2 Ordem Econômica. 2.1 Ordem econômica na Constituição de 1988: princípios gerais da atividade econômica. 2.2 Princípios explícitos e implícitos da ordem econômica. 3 Modalidades de intervenção do Estado brasileiro na ordem econômica. 3.1 Intervenção direta. 3.1.1 Entidades estatais. 3.1.2 Monopólio estatal. 3.1.3 Empresas estatais prestadoras de serviços públicos. 3.2 Intervenção indireta. 3.2.1 Agente normativo. 3.2.2 Fiscalização estatal. 3.2.3 Incentivo estatal. 3.2.4 Contribuição de intervenção no domínio econômico. 3.2.5 Exploração de recursos naturais. 3.2.6 Parcerias público-privadas. 4 Defesa da concorrência. 4.1 Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência: finalidades e estrutura. 4.2 Infrações à ordem econômica. 4.3 Atos de concentração. 5 Ordem econômica internacional. 5.1 Fases da integração econômica. 5.2 GATT/OMC. 5.3 Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). 5.4 Mercosul. 5.5 Infrações ao comércio exterior. 5.6 Instrumentos de defesa comercial. 6 Direito do consumidor. 6.1 Natureza e fonte de suas regras. 6.2 Características e princípios do Código de Defesa do Consumidor. 6.3 Integrantes e objeto da relação de consumo. 6.4 Política Nacional de Relações de Consumo: objetivos e princípios. 6.5 Direitos básicos do consumidor. 6.6 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. 6.6.1 Proteção à saúde e segurança. 6.6.2 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço: os acidentes de consumo. 6.6.3 Responsabilidade por vício do produto e do serviço. 6.6.4 Decadência e prescrição. 6.6.5 Desconsideração da personalidade jurídica. 6.7 Práticas comerciais. 6.7.1 Oferta e efeito vinculante da oferta publicitária. 6.7.2 Publicidade. 6.7.3 Práticas abusivas. 6.7.4 Cobrança de dívidas. 6.7.5 Bancos de dados e cadastros de consumidores. 6.8 Proteção contratual. 6.8.1 Princípios basilares dos contratos de consumo. 6.8.2 Cláusulas abusivas. 6.8.3 Contratos de adesão. 6.9 Sanções administrativas. 7 Defesa do consumidor em juízo. 7.1 Interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; legitimidade ativa para a propositura de ações coletivas. 7.2 Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. 7.3 Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. 7.4 Coisa julgada. 8 Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. 8.1 Ministério Público e Defensoria Pública. 8.2 Delegacia do Consumidor. 8.3 PROCON. 8.4 Associações civis de defesa do consumidor. 8.5 Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor. 8.6 Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. 8.7 Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. 8.8 Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor. 8.9 Conflito de atribuições entre PROCON e outros órgãos de defesa do consumidor. 9 Convenção coletiva de consumo.

DIREITO CIVIL: 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço. 2 Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência. 3 Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações; sociedades, fundações; desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade. 4 Bens: diferentes classes. 5 Ato jurídico: fato e ato jurídico. 6 Negócio jurídico: disposições gerais; classificação, interpretação; elementos; representação, condição; termo; encargo; efeitos do negócio jurídico; validade e invalidade; nulidade e ineficácia relativa do negócio jurídico; conversão; aproveitamento; simulação. 7 Atos jurídicos: lícitos e ilícitos. Abuso do direito. Excludentes de ilicitude. 8 Prescrição e decadência. 9 Prescrição em favor da Fazenda Pública. 10 Prova. 11 Obrigações: características; obrigações de dar; obrigações de fazer e de não fazer; obrigações alternativas; obrigações com facultade de substituição; obrigações divisíveis e indivisíveis; obrigações solidárias; obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia; obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais; obrigações líquidas e ilíquidas; obrigações principais e acessórias; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento das obrigações; mora. 12 Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil. Disciplina específica. 13 Atos unilaterais. 14 Enriquecimento sem causa. Pagamento indevido. Promessa de recompensa e gestão de negócios. 15 Responsabilidade civil. 16 Preferências e privilégios creditórios. 17 Empresário. 18 Direito de empresa: estabelecimento. 19 Posse. Efeitos. Usucapião. 20 Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; direito do promitente comprador. Enfitese. Foro e ocupação em terrenos de Marinha. 21 Direitos reais de garantia. 22 Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema Financeiro Imobiliário. Alienação fiduciária. Direito de família pertinente à Justiça Federal: casamento; união estável; concubinato. Re-

percussões previdenciárias. Relações de parentesco; regime de bens entre os cônjuges; usufruto e administração dos bens de filhos menores; alimentos; bem de família; tutela; curatela. 23 Direito das sucessões: sucessão em geral; sucessão legítima; sucessão testamentária. 24 Direito das Relações de Consumo: consumidor; fornecedor, produto e serviço; direitos básicos do consumidor; qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos; práticas comerciais; proteção contratual (Lei nº 8.078/1990 e alterações). 25 Condomínio; Espécies, disciplina e extinção; Lei nº 6.766/1979 e alterações (Parcelamento do solo urbano); Parcelamento do solo; Direito de vizinhança. 26 Registro de imóveis: noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação; procedimento de dúvida; Lei nº 6.015/1973. 27 Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003 e alterações). 28 Locação de imóveis urbanos: locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporária, locação não residencial (Lei nº 8.245/1991 e alterações). 29 Propriedade Intelectual e direitos autorais. 30 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e alterações) e sua pertinência para Justiça Federal. Convenções internacionais ligadas à subtração de crianças e a alimentos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1 Da jurisdição e da ação: conceito, natureza e características; das condições da ação. 2 Das partes e procuradores: da capacidade processual e postulatória; dos deveres e da substituição das partes e procuradores. 3 Do litisconsórcio e da assistência. 4 Da intervenção de terceiros: oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo. 5 Do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública 6 Da competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência. 7 Do juiz. 8 Dos atos processuais: da forma dos atos; dos prazos; da comunicação dos atos; das nulidades. 9 Da formação, suspensão e extinção do processo. 10 Do processo e do procedimento; dos procedimentos ordinário e sumário. 11 Da petição inicial. 12 Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. 13 Da revelia. 14 Do julgamento conforme o estado do processo. 15 Das provas. 16 Da audiência: da conciliação e da instrução e julgamento. 17 Da sentença e da coisa julgada. 18 Da liquidação e do cumprimento da sentença. 19 Do Processo nos Tribunais e dos recursos. 20 Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução. 21 Das ações coletivas. 22 Do processo cautelar; das medidas cautelares: das disposições gerais; dos procedimentos cautelares específicos. Da medida cautelar fiscal. 23 Dos procedimentos especiais. Dos procedimentos especiais: no Código de Processo Civil e na legislação extravagante. Da suspensão de provimento liminar e de sentença pelo Presidente do Tribunal.

DIREITO EMPRESARIAL: 1 Fundamentos do direito empresarial. 1.1 Origem e evolução histórica, autonomia, fontes e características. 1.2 Teoria da empresa. 1.3 Empresário: conceito, caracterização, inscrição, capacidade; empresário individual; pequeno empresário; a empresa individual de responsabilidade limitada. 1.4 Microempresa e empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006). 1.5 Prepostos do empresário. 1.6 Institutos complementares: nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração. 2 Registro de empresa. 2.1 Órgãos de registro de empresa. 2.2 Atos de registro de empresa. 2.3 Processo decisório do registro de empresa. 2.4 Inatividade da empresa. 2.5 Empresário irregular. 2.6 Lei nº 8.934/1994 e alterações. 3 Propriedade industrial. 3.1 Lei nº 9.279/1996. 3.2 O Instituto Nacional da Propriedade Industrial. 3.3 Propriedade industrial e direitos autorais. 3.4 Patentes. 3.5 Desenho industrial. 3.6 Marca: espécies. 3.7 Procedimento de registro. 3.8 Indicações geográficas. 4 Títulos de crédito. 4.1 Histórico da legislação cambiária. 4.2 Conceito de títulos de crédito, características e princípios informadores. 4.3 Classificação dos títulos de crédito: letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, endosso e aval. 4.4 Títulos de crédito comercial, industrial, à exportação, rural, imobiliário, bancário. 4.5 Letra de arrendamento mercantil. 5 Ação cambial. 5.1 Ação de regresso. 5.2 Inoponibilidade de exceções. 5.3 Responsabilidade patrimonial e fraude à execução. 5.4 Embargos do devedor. 5.5 Ação de anulação e substituição de título. 6 Protesto de títulos e outros documentos de dívida: legislação, modalidades, procedimentos, efeitos, ações judiciais envolvendo o protesto. 7 Direito societário. 7.1 Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo. 7.2 Sociedades simples e empresárias. 7.3 Personalização da sociedade empresária. 7.4 Classificação das sociedades empresárias. 7.5 Sociedade irregular. 7.6 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. 7.7 Desconsideração inversa. 7.8 Regime jurídico dos sócios. 7.9 Sociedade limitada. 7.10 Sociedade anônima. 7.11 Lei nº 6.404/1976 e alterações. 7.12 Sociedade em nome coletivo. 7.13 Sociedade em comandita simples. 7.14 Sociedade em comandita por ações. 7.15 Operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão. 7.16 Relações entre sociedades: coligações de sociedades, grupos societários, consórcios, sociedade subsidiária integral, sociedade de propósito específico. 7.17 Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. 7.18 Concentração empresarial e defesa da livre concorrência. 8 Contratos mercantis. 8.1 Características. 8.2 Compra e venda mercantil. 8.3 Comissão mercantil. 8.4 Representação comercial. 8.5 Concessão mercantil. 8.6 Franquia (franchising). 8.7 Contratos bancários: depósito bancário, mútuo bancário, desconto bancário, abertura de crédito. 8.8 Contratos bancários impróprios: alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (leasing), faturização (factoring), cartão de crédito. 8.9 Contrato de seguro. 8.10 Contratos intelectuais: cessão de direito industrial, licença de uso de direito industrial, transferência de tecnologia, comercialização de logiciário (software). 9 Direito falimentar. 9.1 Lei nº 11.101/2005. 9.2 Teoria geral do direito falimentar. 9.3 Processo falimentar. 9.4 Pessoa e bens do falido. 9.5 Regime jurídico dos atos e contratos do falido. 9.6 Regime jurídico dos credores do falido. 9.7